

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PREMISSAS E TEMAS GERAIS

1. processo e relação processual (estrutura triplíce)	15
2. o conceito puro de parte (noção puramente processual) – a qualidade de parte	17
3. aquisição da qualidade de parte – parte na demanda e parte no processo	20
4. conceitos de parte ligados ao direito substancial	21
5. o conceito puro de terceiro (noção puramente processual)	23
6. pluralidade de partes	25
7. diversidade de situações legitimantes	26
8. relatividade da distinção entre litisconsórcio e intervenção de terceiro	27
9. pluralidade de partes e a estrutura da relação jurídica processual	29
10. unidade do processo com pluralidade de partes	29

CAPÍTULO II – O PROCESSO LITISCONSORCIAL

11. colocação sistemática	32
12. competência	33
13. a atuação dos litisconsortes no processo – o impulso processual	34
14. arguição de incompetência	34
15. valor da causa	34
16. prazos em dobro	35
17. termo inicial do prazo para contestar – com ou sem simultaneidade, conforme o caso	36
18. negócios jurídicos processuais	37
19. prazo para manifestar-se nos autos (intimações) – prazos individuais	38
20. revelia e efeito da revelia	39
21. a disciplina da prova – o princípio da aquisição	40
22. ainda a disciplina da prova	40
23. suspeição ou impedimento do juiz	41
24. desistência da ação	41
25. a dimensão subjetiva da eficácia dos recursos	42
26. desistência do recurso e renúncia à faculdade de recorrer	42
27. eficácia da sentença e extensão da coisa julgada	43
28. honorários da sucumbência	43
29. legitimidade ativa para a impugnação ao cumprimento de sentença ou para os embargos à execução	45
30. legitimidade passiva para os embargos ou impugnação	46
31. início do prazo para impugnar a execução de sentença ou para embargar a execução	46

32. suspensão subjetivamente parcial da execução pela dedução dos embargos ou impugnação	47
--	----

CAPÍTULO III – LITISCONSÓRCIO: ASPECTOS GERAIS

33. noção de litisconsórcio – a comunhão de sortes não é essencial	49
34. cúmulo subjetivo	52
35. litisconsórcio e assistência litisconsorcial	53
36. terceiros e os limites dos resultados do processo (efeitos da sentença e coisa julgada)	55
37. assistência simples e litisconsorcial – litisconsórcio	57
38. o sucessor da parte no direito controvertido (CPC, art. 109, § 2º)	61
39. colegitimados	63
40. intervenção litisconsorcial voluntária	63
41. da assistência simples à intervenção litisconsorcial: escalada de intensidade	64
42. litisconsórcio: aspectos gerais (delimitação do tema)	65
43. litisconsórcio: justificação do instituto – harmonia e economia	67
44. equilíbrio entre forças divergentes	69
45. espécies de litisconsórcios (quatro critérios)	71
46. litisconsórcio necessário ou facultativo	72
47. litisconsórcio comum ou unitário	73
48. litisconsórcio ativo ou passivo	74
49. a falsa ideia de um litisconsórcio misto	74
50. litisconsórcio inicial ou ulterior	75

CAPÍTULO IV – LITISCONSÓRCIO, AÇÃO E DEMANDA

51. litisconsórcio e cúmulo de demandas	76
52. demanda única no litisconsórcio unitário	77
53. litisconsórcio e concurso subjetivo de ações	78
54. cúmulo de demandas no litisconsórcio comum facultativo	79
55. cúmulo subjetivo e cúmulo objetivo: falsa oposição	79
56. cúmulo de demandas no litisconsórcio necessário por força de lei (litisconsórcio necessário comum)	79
57. litisconsórcio e pluralidade de ações	81
58. unidade de ação no litisconsórcio necessário (unitário ou não)	83
59. litisconsórcio, ação e demanda: critérios	84

CAPÍTULO V – ADMISSIBILIDADE DO LITISCONSÓRCIO

60. aspectos gerais	85
61. litisconsórcio fundado na comunhão em direitos ou obrigações	86
62. litisconsórcio fundado na conexidade	87
63. litisconsórcio fundado na afinidade de questões	89
64. litisconsórcio impróprio?	91
65. a recusa do litisconsórcio multitudinário	93
66. comunhão e necessidade?	93
67. litisconsórcio e legitimidade “ad causam”	94
68. sistema alemão no Código de Processo Civil	96

69. <i>o sistema italiano</i>	98
70. <i>a doutrina italiana do litisconsórcio necessário</i>	98
71. <i>ineficácia da sentença</i>	100
72. <i>os regimes do litisconsórcio</i>	101
73. <i>a intervenção “jussu judicis”</i>	101
74. <i>litisconsórcio voluntário e litisconsórcio necessário no direito português contemporâneo</i>	103
75. <i>litisconsórcio e coligação (ainda o direito português)</i>	104
76. <i>aspectos sistemáticos (ainda o direito português)</i>	105

CAPÍTULO VI – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO

77. <i>o litisconsórcio necessário no Código vigente</i>	106
78. <i>litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário (noções gerais)</i>	107
79. <i>a relativa autonomia dos litisconsortes</i>	110
80. <i>reflexo da exigência de legitimidade “ad actum”</i>	114
81. <i>no litisconsórcio unitário e no comum</i>	117
82. <i>litisconsórcio unitário: noções gerais e recapitulação – critério puramente prático</i>	119
83. <i>litisconsórcio unitário: relação jurídica incindível</i>	121
84. <i>decisão “principaliter” sobre a relação incindível</i>	123
85. <i>decisão “incidenter tantum” sobre questão prejudicial</i>	124
86. <i>não só em ações constitutivas</i>	125
87. <i>litisconsórcio unitário: regime</i>	127
88. <i>critérios</i>	128
89. <i>condutas indutivas ou causativas (alternativas ou determinantes)</i>	131
90. <i>litisconsórcio unitário: regime – aplicações</i>	132
91. <i>litisconsórcio unitário: desistência da ação</i>	134
92. <i>litisconsórcio unitário: recursos (CPC, art. 1.005)</i>	135
93. <i>efeitos do recurso interposto sem a totalidade dos litisconsortes (devolutivo e suspensivo)</i>	139
94. <i>a situação do litisconsorte favorecido pela atuação de outro litisconsorte</i>	139
95. <i>custo financeiro do processo (os honorários recursais e as despesas do processo)</i>	140
96. <i>devedores solidários</i>	140
97. <i>litisconsórcio necessário – conceito e enquadramento sistemático</i>	141
98. <i>litisconsórcio necessário – as duas clássicas hipóteses de sua ocorrência</i>	143
99. <i>litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário – distinções e relacionamento</i>	144
100. <i>casuística</i>	146
101. <i>outros casos indicados – as ações constitutivas</i>	148
102. <i>negação da necessidade: casuística</i>	151
103. <i>litisconsórcio necessário unitário: o estado atual da doutrina e jurisprudência</i>	153
104. <i>indevidas ampliações de hipóteses – equívocos</i>	155
105. <i>o critério legítimo</i>	157
106. <i>tendências</i>	157
107. <i>litisconsórcio unitário não-necessário (facultativo)</i>	158

<i>108. colegitimados ordinários e extraordinários</i>	160
<i>109. no polo ativo da relação jurídica processual</i>	160
<i>110. casuística</i>	163
<i>111. litisconsórcio necessário por disposição de lei</i>	164
<i>112. necessidade por disposição de lei e sua repercussão no objeto do processo</i>	165
<i>113. casuística</i>	167
<i>114. falsos casos de litisconsórcio necessário por força de lei</i>	169

CAPÍTULO VII – PROBLEMAS DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

<i>115. a excepcionalidade do litisconsórcio necessário (ativo ou passivo)</i>	173
<i>116. exigências indevidas de integração do litisconsórcio – consequências</i>	177
<i>117. litisconsórcio necessário ativo – duas questões correlatas</i>	178
<i>118. um instituto presente na ordem processual civil brasileira</i>	178
<i>119. ainda a configurabilidade do litisconsórcio necessário ativo – a lei brasileira</i>	180
<i>120. inadmissível a integração coata do litisconsorte necessário ativo à relação processual – CPC, art. 115, par.</i>	181
<i>121. citação para ser autor? o significado do vocábulo “interessado”</i>	182
<i>122. técnicas alternativas à necessidade litisconsorcial</i>	184
<i>123. a extensão subjetiva da autoridade da coisa julgada</i>	186
<i>124. restrição à liberdade de agir – ainda a excepcionalidade do litisconsórcio necessário</i>	188
<i>125. indevida invocação da “adcitatio”</i>	191
<i>126. preservar a liberdade de escolha entre agir e não agir</i>	193
<i>127. projeções jurídico-substanciais</i>	194
<i>128. redobrada excepcionalidade – equilíbrio</i>	196
<i>129. casos raros de litisconsórcio necessário ativo</i>	197
<i>130. campo de incidência da necessidade – não só ações constitutivas negativas</i> ..	199
<i>131. providência preliminar e possível extinção do processo – a liberdade de opção concedida ao autor</i>	202
<i>132. extinção do processo ou improcedência da demanda?</i>	206
<i>133. em caso de substituição processual ativa</i>	207
<i>134. decisão, sentença e recursos</i>	209
<i>135. intimação a requerer a citação dos litisconsortes necessários</i>	210
<i>136. desistência da ação</i>	211
<i>137. no caso de litisconsórcio necessário “ativo”</i>	212

CAPÍTULO VIII – A SENTENÇA PROFERIDA SEM O LITISCONSORTE NECESSÁRIO

<i>138. nulidade do processo e da sentença</i>	213
<i>139. nulidade do processo e carência de ação</i>	215
<i>140. sobre as nulidades em direito processual</i>	218
<i>141. nulidade, ineficácia, segurança jurídica e “due process of law”</i>	222
<i>142. pronúncia da nulidade do processo ou de atos processuais realizados em ausência do litisconsorte necessário – especificações</i>	224

143. nulidade e ineficácia da sentença segundo o disposto no art. 115 do Código de Processo Civil	228
144. a dimensão da nulidade no caso do art. 115, inc. I	229
145. sobre a eficácia da sentença (efeitos principais, secundários, processuais)	230
146. entre a eficácia e a ineficácia “lato sensu”	233
147. existência, validade e eficácia	234
148. a existência jurídica da sentença dada sem os colegitimados necessários em caso de litisconsórcio necessário-unitário	236
149. entre a nulidade e a ineficácia “stricto sensu”	239
150. tornando ao art. 115, inc. I, do Código de Processo Civil – antinomias e a necessária interpretação sistemática	243
151. a insuficiência do sistema de nulidades – recurso à ineficácia	244
152. a medida da ineficácia da sentença dada sem os litisconsortes necessários unitários	248
153. ineficácia e coisa julgada material	251
154. em caso de litisconsórcio necessário por força de lei	252
155. ineficácia e infraeficácia	253
156. propositura de nova demanda	255
157. aspectos particulares	257
158. admissibilidade da ação rescisória	258
159. ação declaratória da ineficácia ou nulidade (“querela nullitatis”)	260
160. outros remédios	261
161. os efeitos processuais e complementares da sentença e a validade desta	263

CAPÍTULO IX – O LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E SEUS PROBLEMAS

162. conceito e recapitulação conceitual	264
163. casuística	268
164. cont.: o litisconsórcio no processo executivo ou na fase de cumprimento de sentença	271
165. cont.: o litisconsórcio no processo das medidas urgentes	272
166. problemas do litisconsórcio facultativo: visão de conjunto	273
167. formação do litisconsórcio facultativo: aspectos gerais	274
168. modos e hipóteses específicas de formação do litisconsórcio facultativo	275
169. formação do litisconsórcio facultativo por iniciativa do juiz	277
170. formação por iniciativa do réu	279
171. formação por iniciativa do réu: a indicação da parte legítima (CPC, arts. 338 e 339)	280
172. formação por iniciativa de terceiro: intervenção litisconsorcial voluntária	281
173. os contornos do instituto da intervenção litisconsorcial voluntária	282
174. compatibilidade com o sistema – requisitos e ressalvas	285
175. problemas no processo e no procedimento	288
176. a intervenção do colegitimado	290
177. o litisconsórcio multitudinário	291
178. casuística jurisprudencial	293
179. limitação do litisconsórcio multitudinário pelo juiz	294

<i>180. recusa e preclusão</i>	294
<i>181. interrupção do prazo para contestar</i>	295
<i>182. desistência da ação em caso de litisconsórcio facultativo</i>	296
<i>183. anuência e homologação</i>	297
<i>184. desistência da ação e chamamento ao processo</i>	299
<i>185. competência: aspectos gerais</i>	301
<i>186. competência: comunhão no direito ou na obrigação</i>	302
<i>187. comunhão e competência de jurisdição</i>	302
<i>188. comunhão e competência originária</i>	303
<i>189. comunhão e competência territorial</i>	304
<i>190. comunhão e competência de juízo</i>	305
<i>191. conexidade e competência</i>	305
<i>192. conexidade e competência de jurisdição</i>	306
<i>193. conexidade e competência originária</i>	307
<i>194. conexidade e competência territorial</i>	308
<i>195. conexidade e competência de juízo</i>	309
<i>196. competência por valor</i>	310
<i>197. competência: litisconsórcio por afinidade de questões</i>	311
<i>198. mera afinidade e competência de jurisdição</i>	312
<i>199. mera afinidade e competência originária dos tribunais</i>	313
<i>200. competência territorial, conexidade, continência e mera afinidade de questões</i> ..	313
<i>201. mera afinidade e competência de juízo</i>	313
<i>202. mera afinidade e competência por valor</i>	314
<i>203. litisconsórcio facultativo e incompetência: recusa fundamentada</i>	314
<i>204. litisconsórcio facultativo e procedimento</i>	316
<i>205. o litisconsórcio facultativo comum e a diversidade de procedimentos</i>	318
<i>206. hipóteses e soluções “de lege ferenda”</i>	318
<i>207. opção pelo procedimento comum</i>	319
<i>208. litisconsórcio facultativo e reconvenção – reconvenção ampliativa e reconvenção restritiva</i>	321
<i>209. ampliação subjetiva</i>	322
<i>210. ampliação subjetiva em caso de litisconsórcio necessário ou facultativo</i>	324
<i>211. reconvenção subjetivamente restritiva</i>	325
<i>212. litisconsórcio alternativo ou eventual</i>	327
<i>213. direito positivo</i>	330
<i>214. harmonia sistemática</i>	332
<i>215. aspectos conceituais</i>	333
<i>216. litisconsortes adversários</i>	334
<i>217. ocorrência prática</i>	334
<i>218. limites da apelação em caso de litisconsórcio alternativo ou eventual</i>	335
<i>219. litisconsórcio sucessivo</i>	336
<i>220. recusa do litisconsórcio facultativo (necessariamente fundamentada)</i>	338
Bibliografia	341